



#ALENTEJO2030

30 PROPOSTAS PARA O ALENTEJO DO FUTURO

Índice



Índice.....	1
Manifesto #Alentejo2030.....	2
Políticas de Juventude.....	3
Economia.....	6
Um Estado presente	10
Justiça	13
Transportes.....	15
Educação	17
Saúde	20
Reforma Administrativa	24

Manifesto #Alentejo2030



Pediram-nos e nós respondemos. Marcamos “presente!” na construção de um Alentejo e de um Portugal com um futuro melhor.

Nós, jovens socialistas do distrito de Évora, temos mais do que uma palavra a dar, temos um berro a dar. Berramos pelas oportunidades que nos roubaram. Berramos por terem tirado as recompensas pelas vidas passadas a trabalhar pelos nossos pais e avós. Berramos pela destruição do Estado Social. Berramos por condenarem o nosso Alentejo ao abandono e ao desinvestimento.

Nas próximas páginas está o caminho que propomos para lá chegar. São 30 das nossas propostas para o Alentejo do Futuro, para o Alentejo que queremos que os nossos filhos tenham em 2030. Escolhemos este caminho não a pensar em nós, mas neles.



Uma sociedade cresce bem quando homens velhos plantam árvores em cuja sombra sabem que jamais se sentarão.

- Provérbio grego

Políticas de Juventude



Atrair estudantes para o Interior

Apesar da existência de uma oferta formativa de qualidade nas Instituições de Ensino Superior (I.E.S.) do Alentejo, a informação que chega aos potenciais interessados nem sempre é a suficiente para que estes prefiram o interior às ofertas existentes nas muitas I.E.S. do litoral. É por isso fundamental o investimento na divulgação e criação de ofertas que possam vir a atrair estudantes para as nossas universidades e politécnicos. Consideramos que as I.E.S., em coordenação com uma entidade regional responsável pelo Ensino Superior, deverão criar programas de incentivo à integração de estudantes deslocados, para que os mesmos vejam o Alentejo como uma oportunidade de primeira e não como uma opção de segunda.

Promover a fixação de jovens no interior

As sucessivas apostas e investimentos no litoral e nos grandes centros urbanos, em detrimento do resto do país, levaram a uma progressiva desertificação do interior de Portugal. No Alentejo, este cenário é particularmente visível em duas fases migratórias: quando as pessoas passam das aldeias e freguesias rurais para as sedes de concelho, e quando daqui passam para as áreas metropolitanas ou para o estrangeiro. A falta de incentivos a fixarem-se nas suas zonas de origem, faz com que os jovens cada vez mais abandonem o Alentejo.



É hora de estancar esta hemorragia! Com os centros históricos das cidades e vilas do interior cada vez mais entregues ao abandono, defendemos que devem ser criados mecanismos que permitam entregar casas a jovens que, com parcial ajuda dos municípios, as reabilitem e reabitem. Mais do que uma questão de revitalização do interior, esta é, para nós, uma questão de ajuda à emancipação dos jovens portugueses. Mais ainda, devem ser criados pacotes fiscais que promovam a fixação de jovens famílias no interior, isentando-as, por exemplo, de taxas como o IMI ou oferecendo apoios à natalidade e à criação de família.

Promoção do associativismo juvenil

As associações, qualquer que seja o seu âmbito, são sempre os meios de exercício de cidadania, por excelência. Com elas, cria-se e desenvolve-se um espírito de democracia, de entreajuda, de partilha de valores e experiências como em muitos poucos outros sítios. As associações juvenis, em particular, ajudam a criar um sentimento de pertença e de afeto pelo meio e pela comunidade em que os seus membros se integram. São, sem dúvida, entidades que vale a pena preservar e estimular. Acreditamos que o Estado e o Poder Regional e Local, através dos seus órgãos e entidades, conseguirão ajudar no desenvolvimento deste espírito preservando a autonomia das associações. A existência de um plano regional de incentivo à criação e desenvolvimento de associações juvenis e à formação de quadros associativos, deve ser um dos eixos motores de uma sociedade e de um

Alentejo com mais identidade, mais energia e mais determinação na construção de um futuro.





Renovar aposta nas energias limpas

A aposta nas energias limpas e renováveis tem vindo a ser, ao longo dos últimos anos, mais do que comprovada como sendo um investimento de grande retorno. Apostas abraçadas pelos governos do Partido Socialista que foram, como não podia deixar de ser, ignoradas e destruídas pelo atual governo PSD/CDS. Portugal, e o Alentejo muito em particular, têm todas as condições para se tornarem energeticamente independentes, produzindo energia para cobrir todas as suas necessidades e mesmo para exportar para o resto da União Europeia. Devemos reforçar o investimento público nestas tecnologias, criando mais parques de energia solar e eólica e incentivando a utilização destas fontes de energia pelos cidadãos.

Pôr a água nas mãos das pessoas

O Partido Socialista deve estar na linha da frente do combate às políticas liberais que durante anos sacrificaram os interesses dos portugueses ao privatizar a água, o nosso bem mais essencial. A água e os seus sistemas de abastecimento e saneamento devem ser geridos por entidades regionais, longe de interesses económicos e políticos. Garantir igual acesso a água com elevados padrões de qualidade por todo o país, deve ser mais que uma questão económica, deve ser um imperativo moral.

Formações de boas práticas de gestão ambiental a jovens agricultores

Com um cada vez maior número de jovens a apostar na área da agricultura, como resposta à crise, devemos garantir que esta nova geração adota um conjunto de práticas agrícolas que permitam um mais eficaz uso dos recursos disponíveis e uma melhor sustentabilidade ambiental e económica.

Através de uma entidade regional responsável pela agricultura, deverão ser disponibilizadas aos jovens agricultores conjuntos de formações sobre gestão ambiental e agrícola.

Melhor gestão e fiscalização dos fundos comunitários

Com o começo da aplicação dos fundos comunitários, no âmbito do quadro Portugal 2020, importa iniciar um processo sério e claro sobre a atribuição e fiscalização dos fins dados aos fundos comunitários a que Portugal terá acesso. Trata-se de uma questão de justiça e transparência garantir que o dinheiro de nós todos, europeus, é bem aplicado em projetos que ajudem o desenvolvimento das regiões. Por isto mesmo, consideramos que importa dotar as entidades regionais competentes, de mais ferramentas que permitam fiscalizar a utilização e implementação em projetos destes fundos, penalizando casos de más práticas e uso indevido destes recursos, que são de todos nós.

Dinamizar a marca Alentejo no estrangeiro

O Alentejo tem um potencial turístico enorme. Desde uma lindíssima costa atlântica e serenas paisagens da planície, às oportunidades dadas pelo lago do Alqueva e aos produtos gastronómicos pelos quais tanto é admirado. No entanto, apesar de esta mensagem passar lá para fora, não o faz de forma eficaz, sendo emitida por uma miríade de associações e estruturas sem ligação ou comunicação entre si. Consideramos que os esforços pela divulgação do Alentejo, tanto nacionalmente como internacionalmente, devem ser focados numa única estrutura pública de cariz e dimensão regional, sobre a alçada da entidade responsável pelo desenvolvimento económico da região. Uma entidade que tenha em atenção as necessidades e possibilidades turísticas do Alentejo, promovendo o entendimento e investimento entre municípios para criar mais oportunidades para a nossa região.

Diversificar os públicos-alvo na área do turismo

Ao longo dos últimos anos, devido a vários investimentos públicos, privados e público-privados, a oferta hoteleira no Alentejo tem vindo a aumentar de forma muito significativa. Uma oferta que traz muitos turistas e oportunidades de negócio ao Alentejo mas que peca por, na sua larga maioria, apostar num nicho de mercado muito restrito: o dos estabelecimentos hoteleiros de luxo. Esta oferta limita, em muito, quem pode visitar, ficar a conhecer e apaixonar-se pelo nosso Alentejo.

Na nossa opinião, quaisquer futuros investimentos públicos e público-privados deverão ser feitos tendo em

atenção este ponto - a diversificação dos públicos-alvo - garantindo que todos, independentemente da sua riqueza pessoal, têm a possibilidade de visitar e aproveitar o Alentejo.

Aumentar a zona do regadio do Alqueva

Poderíamos definir o panorama da economia do Alentejo em duas épocas: Antes do Alqueva e Depois do Alqueva. No entanto, em muitas zonas ainda nos poderemos encontrar na época de Antes do Alqueva, estando vários milhares de hectares de fora da zona de abrangimento do regadio. Completar as obras do regadio e trazer todo o Alentejo para os tempos de Depois do Alqueva, deve ser uma prioridade de qualquer Governo que lute pelo futuro de Portugal, não só pela direta criação de postos de trabalho na agricultura e na indústria, como também pelos postos de trabalho indiretos criados pela dinamização gerada por uma economia mais vibrante no Alentejo.

Um Estado presente



Alterar a fórmula da dotação orçamental dos municípios

Somos socialistas e democratas, e como tal acreditamos na existência de um Estado que trate todos os seus cidadãos de forma justa e igual. É um dos princípios fundamentais sobre os quais funciona a nossa sociedade.

No entanto, facilmente poderemos concordar que um cidadão que viva numa qualquer vila no interior do país não tem as mesmas condições de vida e oportunidades que um cidadão que habite numa grande área metropolitana. O interior do país tem sofrido, nos últimos anos, uma quebra constante de investimento por parte do governo central, que conduz a um processo de desertificação humana que, por sua vez, leva à diminuição da dotação orçamental dos municípios do interior, criando-se assim um perigosíssimo ciclo vicioso de abandono do interior do país.

Um cidadão de uma vila do interior é tão importante como um cidadão que habite numa grande metrópole e queremos que isso se sinta efetivamente. Defendemos que seja alterada a fórmula que leva ao cálculo da dotação orçamental dos municípios, passando a incluir variáveis que tomem em conta as oportunidades dos cidadãos e que ajudem na criação de uma sociedade mais justa para todos, como o Índice de Desenvolvimento Humano ou o Índice de Desenvolvimento Social.



Garantir o acesso dos cidadãos aos serviços públicos

Para muitos cidadãos que vivam no interior, renovar o seu Cartão de Cidadão, ou tratar dos seus impostos é, frequentemente, uma tarefa que pode demorar um dia inteiro. Estas tarefas complicam-se ainda mais para pessoas sem meios de transporte pessoal. O Estado, enquanto entidade, afasta-se cada vez do Interior. Consideramos que uma estreita colaboração entre o Poder Local e os serviços públicos do Estado poderá eliminar, de forma definitiva, esta distância. Seja pela criação de serviços móveis, pela rotatividade entre freguesias de pequenas equipas ou de qualquer outra forma, é essencial dar a todas as pessoas um acesso igual e eficiente aos serviços públicos do Estado.

Instalar novos serviços públicos em zonas por reabilitar

Muitas zonas mais centrais das vilas e cidades do interior têm vindo, ao longo das últimas décadas, a sofrer o chamado efeito donut, em que os edifícios do centro começam a ficar desabitados à medida que a população vai optando por habitações mais baratas e recentes nas zonas periféricas. O Estado pode ter um papel importante na inversão deste efeito. Ao optar por instalar novos serviços administrativos em zonas mais centrais (em edifícios que já lhe pertençam), o Estado estará a contribuir não só para uma revitalização dos centros urbanos, mas também para

uma significativa redução de custos em rendas e construção de novos edifícios.



Justiça



Mais instâncias locais por Comarca Judicial

“Entupidos” seria uma boa palavra para descrever o estado dos nossos tribunais. Com os fechos sucessivos de instâncias locais, os grandes tribunais das comarcas têm vindo a ficar cada vez mais entupidos com processos e diligências por realizar, deixando cair por terra o súbito interesse na maior celeridade da Justiça tão defendido pelo Governo do PSD/CDS. A Justiça, enquanto pilar essencial da nossa democracia, para além de ficar mais lenta, ficou mais longe dos cidadãos, especialmente daqueles que cometam o pecado de morar no interior. Exigimos a presença de mais instâncias locais em concelhos do interior, com condições adaptadas à sua realidade, seja em termos de número de processos como a natureza dos mesmos.

Efetivar a implementação das secções de proximidade

As Secções de Proximidade criadas por este governo não estão, pura e simplesmente, a cumprir os objetivos para os quais foram criadas. É um ponto assente e claro para qualquer pessoa que tenha entrado em contacto com a Justiça através destas secções. Enquanto instituições de Justiça para concelhos com baixo número de processos em julgamento, as Secções de Proximidade teriam o potencial de desburocratizar e agilizar os serviços. Teriam. Na



realidade, o que vemos é que estas secções foram apenas criadas com o intuito de cortar gastos em Justiça. Queremos garantir que todos os cidadãos têm acesso a um sistema de Justiça rápido e ágil e, como tal, queremos e exigimos que haja uma verdadeira implementação do sistema das Secções de Proximidade.

Criar Julgados de Paz

Os Julgados de Paz representam uma forma simplificada de resolver litígios que, num tribunal, poderiam demorar vários meses até chegar a um acordo final. Simplificam processos, baixam custos e retiram aos tribunais uma carga processual bastante considerável. No Distrito de Évora não há um único agrupamento de Julgados de Paz. No Alentejo inteiro, o número sobe para um, o de Castro Verde. No sentido de reaproximar a Justiça das pessoas e de descomplicar e acelerar o sistema judicial consideramos que deverão ser criados mais Julgados de Paz no país.

Transportes



Aumento dos serviços mínimos obrigatórios dos transportes

A existência de inúmeras aldeias, vilas e cidades do Alentejo que apenas dispõem de transporte rodoviário duas vezes por dia (se tanto), é algo que nos envergonha e revolta. Os alentejanos merecem mais e melhor, merecem ter acesso uma rede de transportes com mais regularidade de serviços passando em todas as localidades. Todos os contratos de prestação de serviços de transporte rodoviário devem ser revistos e refeitos pensando nas reais necessidades das populações e evitando situações de verdadeiro monopólio por parte de empresas privadas.

Concluir o trajeto do IP2

A maneira precipitada como foram cancelados os investimentos nos novos lanços do IP2 no Alentejo foi, para dizer o menos, irresponsável. Nada mais foi do que uma jogada política a que o país não se pode dar ao luxo. Investimentos estruturais para o nosso país não são uma brincadeira! O IP2, enquanto via rodoviária, é essencial para o desenvolvimento do interior. Em especial, a ligação entre os concelhos do Alentejo, irá potenciar a criação de postos de trabalho, não só na construção civil durante a construção da via, mas também pela aproximação que é



criada entre os concelhos gerando sinergias tão essenciais para um desenvolvimento sustentado do nosso Alentejo.

Criar uma ligação ferroviária de mercadorias Sines/Caia

Outro investimento estrutural cancelado de forma irresponsável, o estado em que foram deixadas as obras da construção, pelo Alentejo fora, denota bem isso. Consideramos este investimento como sendo crítico, não só para o Alentejo, mas para todo o nosso país, tornando-o num ponto estratégico e incontornável de entrada e saída de bens e mercadorias na Europa. Criando uma linha ferroviária com bitola mista Ibérica/Europeia que ligue Sines a Beja, Évora e à Europa, estaremos a fazer isso mesmo. Não só irá este investimento potenciar um forte desenvolvimento industrial no interior do nosso país, como também tornará Portugal no mais central dos países da Europa.



Educação



Garantir qualidade e frequência dos transportes para os estudantes deslocados

Mais de 25% dos estudantes das escolas do interior são estudantes que se têm de deslocar diariamente vários quilómetros (nalguns casos, especialmente no Ensino Secundário, mais de 50% dos estudantes de uma escola deslocam-se diariamente). Defendemos que todos os estudantes com necessidades de deslocamento devam ter transporte garantido, de forma gratuita. Para tal, deve-se garantir que os agrupamentos escolares, ou as Direções Regionais de Educação, sejam dotados de condições para garantir o transporte dos alunos desde as suas localidades às suas escolas. Acima de tudo, deve-se garantir que nenhum estudante tenha de pagar pelo seu direito constitucional a uma educação

Abolir taxas de secretaria no E.B.S.

Devem ser abolidas todas as formas camufladas de propinas no Ensino Básico e Secundário, nomeadamente as taxas de secretaria impostas por várias escolas. O Ensino em Portugal deve ser sempre livre e gratuito e compete ao Estado garantir que assim seja.

Alterar cálculo do orçamento das escolas

Com o programa de modernização do parque escolar, que decorreu durante a última governação do Partido



Socialista, muitas foram as escolas de Portugal que foram alvo de remodelações há muito necessárias. Um grande investimento no futuro do nosso país que não se pode deixar cair mas que corre esse risco. As escolas, como qualquer edifício, precisam de uma manutenção constante para garantir um funcionamento adequado. Defendemos que os fundos destinados às escolas devem ser calculados por entidades regionais (portanto, mais próximas da realidade das escolas) responsáveis pela área da Educação tendo em base não só o número de alunos e a tipologia dos edifícios mas também as necessidades de manutenção e de evolução da estrutura.

Aumentar o número de bolsas de Ação Social nas escolas

A Educação não é um gasto, é um investimento. Esta deve ser uma das noções mais básicas de qualquer governante, noção esta que está em séria falta neste Governo. Dar hoje a oportunidade aos jovens portugueses de terem uma educação de qualidade, como merecem, significa ter amanhã um país mais educado, mais avançado, mais moderno. Infelizmente, o que temos é um Governo que desinveste na educação de hoje e no país de amanhã. Quando se corta repetidamente e sistematicamente no acesso dos jovens portugueses, com menos capacidades económicas, a bolsas de ação social, impede-se estes mesmos jovens de ajudarem a construir o Portugal do futuro. Acreditamos que um aumento no número de bolsas de ação social virá ajudar a diminuir as taxas de

abandono do Ensino Básico e Secundário e do Ensino Superior, permitindo aos jovens portugueses completar os seus estudos para que possam ajudar a criar um melhor país para todos nós.

Reformar a estrutura e a dinâmica do Ensino Superior no Alentejo

A inexistência de uma estrutura regional que pense, planeie e ponha em prática um plano de desenvolvimento ao nível do Ensino Superior no Alentejo, tem tido como consequência uma multiplicação de cursos com a mesma designação ou com o mesmo âmbito, sem qualquer ligação, comunicação ou partilha de conhecimentos e experiências. A falta de ligação existente entre as três Instituições de Ensino Superior (I.E.S.) do Alentejo, deve ser vista com um olhar bastante crítico e preocupado. A criação de uma entidade regional que estimule o estabelecimento de parcerias entre as I.E.S. do Alentejo e garanta a sua efetiva execução, deve ser uma prioridade no desenvolvimento da nossa região. Trata-se não só de uma questão de partilha de recursos e saberes, mas também de uma oportunidade para a criação de projetos curriculares mais competitivos, num mercado cada vez mais internacional.



Alargar os horários dos centros de saúde

Em inúmeros concelhos do Alentejo, quando a noite começa a cair, é proibido ficar doente. No Distrito de Évora, entre as 22h00 e as 8h00 (apenas três centros de saúde estão abertos até às 21h00 e um até às 22h00), o hospital de referência único passa a ser o de Évora: um hospital para mais de 160.000 pessoas, sendo que em muitos casos o tempo de viagem pode ser superior a uma hora.

Para nós, este é um perfeito exemplo de como este Governo olha não só para o interior português, mas também para a Saúde. Precisamos de uma mudança de rumo! A saúde dos portugueses não é uma pieguice, é uma questão vital. Por forma a diminuir os tempos de transporte de doentes e para diminuir a área abrangida pelos hospitais, devemos exigir a existência de turnos noturnos nos centros de saúde mais deslocados. Não podemos descansar enquanto soubermos que, algures no nosso país, uma pessoa pode demorar horas até chegar a um hospital.

Garantir a presença de ambulâncias junto das populações

Uma das características mais distintas do interior alentejano é a distância que se tem de percorrer entre

localidades e o tempo que se leva a percorrê-las. Aquilo que no mapa de um gabinete de um qualquer tecnocrata do Governo central pode parecer próximo, na realidade facilmente estará a uma grande distância, por imposição das condições de manutenção e pelo próprio traçado das estradas. Esta distância não é apenas um incómodo quando se trata de fazer viagens diárias entre casa e o trabalho, esta distância pode significar a diferença entre a vida e a morte quando se trata do transporte de doentes e feridos em ambulâncias.

As entidades regionais responsáveis pela área da Saúde devem ter condições para, em colaboração com as juntas de freguesia e municípios, garantir que todos os cidadãos que necessitem de uma ambulância tenham acesso a uma dentro de um período de tempo aceitável.

Melhorar a ligação ao Ensino Superior

A concentração dos cursos de medicina nas grandes cidades do litoral tem tido grandes custos para o interior do país. Poucos são os jovens médicos que, depois de concluírem os seus anos como internos, se querem fixar no interior do país onde não têm qualquer tipo de raízes. Optam, na sua maioria, por ficar nas regiões onde receberam a sua formação e terminaram os seus estudos. Um novo planeamento do Ensino Superior no Alentejo deverá garantir a existência de um curso de Medicina que permita à nossa região educar novos quadros nesta área tão essencial. Mais ainda, consideramos que os *numerus clausus* dos cursos de Medicina devem ser recalculados e redistribuídos tendo em conta as condições das

universidades e as necessidades das regiões em que estas se enquadram.

Alterar o cálculo para distribuição de vagas de médicos pelos Agrupamentos

As situações vividas nos centros e postos de saúde e nos hospitais do Alentejo é insustentável. Em muitos locais, compete apenas a um médico garantir o funcionamento de postos de saúde, havendo mesmo casos tão revoltantes como vilas com perto 2.000 habitantes para um só médico (quando a média nacional se situa em 4,3 médicos por 1.000 habitantes). É da nossa opinião que o modelo de atribuição de vagas de médicos a agrupamentos deve ser alterado para tomar em conta as reais necessidades das populações, tomando em conta não só o número de habitantes da zona em questão mas também fatores como o envelhecimento da população e o número de internamentos e de consultas feitas a pessoas daí oriundas.

Aumentar as competências e a qualidade de serviço dos hospitais do Alentejo

O desmantelamento progressivo do Sistema Nacional de Saúde a que temos vindo a assistir, é uma das faces mais visíveis da estratégia de destruição do Estado Social pelo Governo do PSD/CDS. Os hospitais, cada vez com menos recursos, estão sobrelotados. As valências especializadas são, cada vez mais, centralizadas nos hospitais dos grandes centros urbanos, que passam a ter de prestar cuidados a mais pacientes, vindos de pontos cada vez mais distantes



do país. Isto não é sustentável. Exigimos um reforço nos nossos cuidados de saúde e uma reestruturação do S.N.S., criando um modelo mais acessível e amigo dos portugueses.

Mais do que um aumento em termos de recursos humanos e materiais, defendemos que, através da criação de entidades regionais responsáveis pela área da Saúde, se distribuam as valências especializadas por hospitais sub-regionais de forma a garantir uma resposta adaptada, integrada e completa às necessidades das populações.



Reforma Administrativa



Não é por acidente ou desconhecimento de causa que, em grande parte dos pontos anteriores, falámos constantemente em entidades regionais ou mesmo conceito de sub-região. Sabemos perfeitamente que existem entidades que funcionam em âmbitos regionais. No entanto, consideramos que não são suficientes. Aliás, consideramos que o que há, é pouco mais que nada.

Enquanto jovens, republicanos e democratas achamos que falta aqui algo, que o sistema está incompleto. Temos hoje, um sistema político que conta com o Poder Local (composto pelas Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais), um Governo Central e, a meio dos dois, aqui e ali, entidades regionais que funcionam, para alguns casos, como camada intermédia entre o Governo e as Autarquias. São entidades que não são eleitas pelas populações, cujos quadros são frequentemente nomeados politicamente e que têm pouco poder executivo (o que até é positivo, tendo em conta a maneira como são nomeados), estando sempre dependentes do que vem de cima. É, para nós, um sistema dúbio e insuficiente.

Queremos completar isto. A necessidade de uma camada intermédia entre o Governo Central e o Poder Local é óbvia. As barreiras que um autarca tem hoje de atravessar para conseguir que a sua voz seja ouvida junto do governo são pura e simplesmente demasiado grandes para poderem continuar a existir. Assumimo-nos como acérrimos defensores da criação de governos regionais no



território continental de Portugal. Estruturas do Estado que criem uma ponte de comunicação entre o Governo e o Poder Local e que, estando mais próximas das populações, melhor possam definir planos estratégicos para as regiões. Queremos ser servidos por estruturas que, através de entidades responsáveis por pastas do mesmo âmbito que as principais pastas do governo nacional, executem trabalho em todos os pontos de interesse regional. Mas, sobretudo, estruturas que se sujeitem diretamente ao voto das populações.



Este é o futuro que nós defendemos.
Contamos contigo?



Travessa da Alegria, 2 | 7000-942 Évora

<http://jsevora.org>